

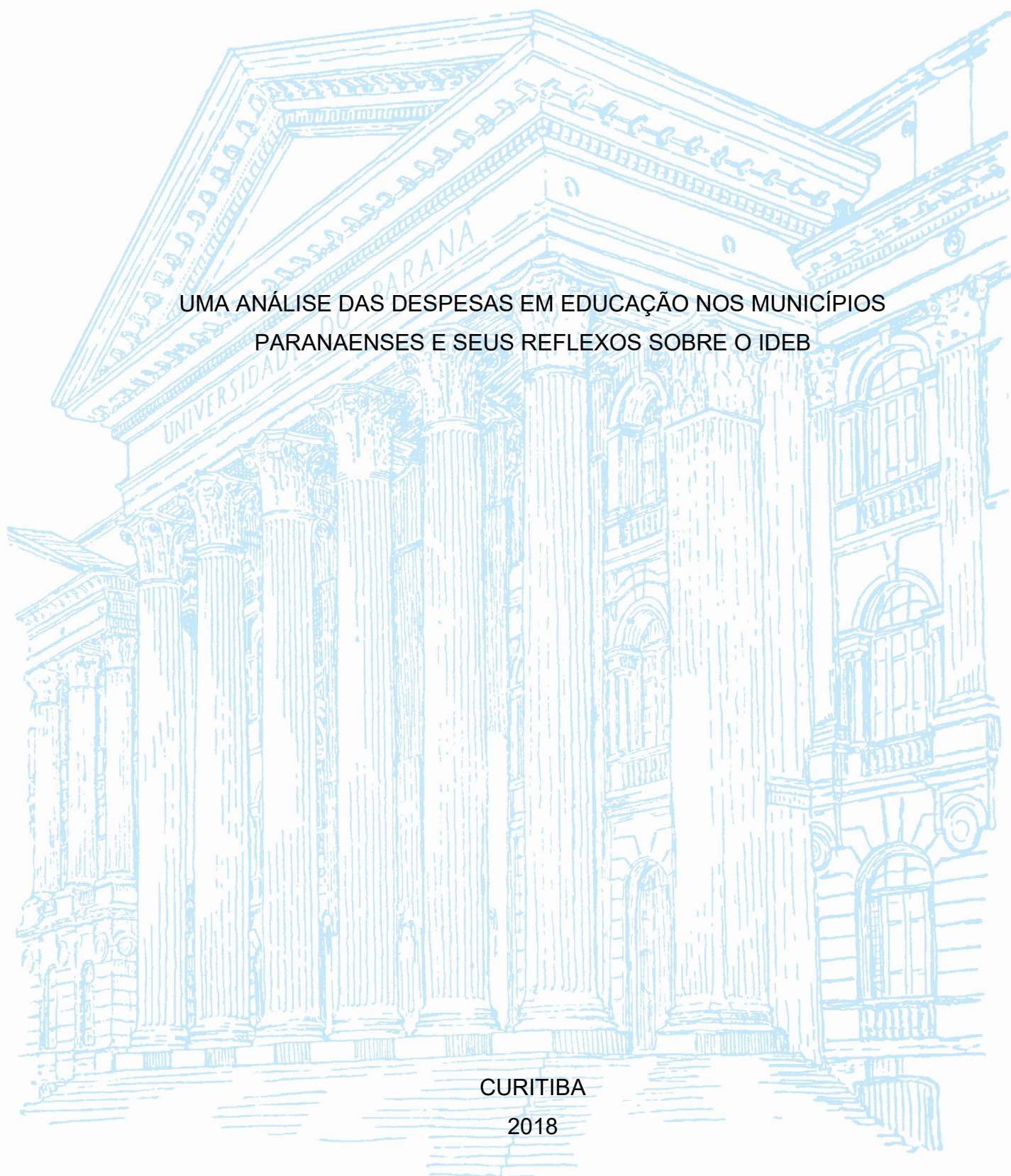
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELLY NEVES VARGAS

UMA ANÁLISE DAS DESPESAS EM EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS  
PARANAENSES E SEUS REFLEXOS SOBRE O IDEB

CURITIBA

2018



DANIELLY NEVES VARGAS

UMA ANÁLISE DAS DESPESAS EM EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS  
PARANAENSES E SEUS REFLEXOS SOBRE O IDEB

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Motta Correia.

CURITIBA

2018

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

DANIELLY NEVES VARGAS

### **UMA ANÁLISE DAS DESPESAS EM EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES E SEUS REFLEXOS SOBRE O IDEB**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

---

Prof. Dr. Fernando Motta Correia

Orientador – Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná

---

Profa. Dra. Dayani Cris de Aquino

Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná

---

Profa. Ma. Françoise Iatski de Lima

Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 07 de dezembro de 2018.

Aos meus pais Sinézio e Irinilda que, desde o meu nascimento, me ensinam a ser uma pessoa melhor e não medem esforços para que eu realize meus sonhos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais e minha irmã por toda força nesses cinco anos que permaneci longe, agradeço toda luta para que eu pudesse estudar e toda fé que depositaram em mim desde o princípio. Agradeço ao meu pai por deste pequena me incentivar a seguir meu sonho, sempre me ensinar a querer algo mais da vida e por sempre me ajudar nos estudos, mesmo depois do cansaço do trabalho. Agradeço a minha mãe por estar sempre presente, por me defender e por lutar por mim. Mãe, você é a mulher que eu quero ser, tenho muito orgulho de dizer que sou sua filha. Agradeço a minha irmã por ser essa menina doce e especial que me ama incondicionalmente. Graças a vocês eu estou realizando este sonho. Vocês são minha inspiração, meus heróis.

Agradeço aos meus avós, tios e primos por todo o apoio neste momento, especialmente minha Avó Ana, meu exemplo de vida, por me deixar sair do alcance de sua proteção. Agradeço também os meus tios Natália, Diomar, Marize e Ineide pelo acolhimento neste período e por todos os conselhos e carinhos que recebi durante minha vida. Agradeço minhas madrinhas Fabiane e Juliana por serem meus exemplos de bondade e de luta. Amo todos vocês, infinitamente.

Agradeço aos amigos que a faculdade me presenteou. Sempre serei grata por toda ajuda que recebi de vocês durante o período que estive na graduação, sem vocês esta trajetória teria sido muito mais difícil. Quero levá-los para sempre em minha vida. Agradeço, em especial, o Daniel, Arthur, Abraão e Raquel por terem se tornado a minha família curitibana e por estarem comigo nos momentos mais difíceis e também nos mais felizes desses quatro anos.

Agradeço às minhas amigas de Ibaiti que, mesmo de longe, se fizeram presentes e me ajudaram e apoiaram em todas as decisões que tomei. Juliana, Gabriela, Pamela, Bárbara, Gabryely, Camila e Amanda vocês fizeram a diferença na minha vida.

Agradeço ao meu orientador, Fernando, por toda ajuda para que este trabalho se tornasse uma realidade. Agradeço ao curso de Ciências Econômicas por me tornar uma pessoa melhor desde o primeiro dia de aula. Agradeço a todos os professores que participaram da minha trajetória e à Universidade Federal do Paraná por me proporcionar um ensino público de qualidade. Espero um dia retornar todo esse investimento tornando esse país um lugar melhor.

Ainda que as circunstâncias influam muito sobre o nosso caráter, a vontade  
pode modificar as circunstâncias em nosso favor.

John Stuart Mill.

## **RESUMO**

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os efeitos dos gastos públicos municipais em educação sobre a perspectiva do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos municípios paranaenses. A investigação é baseada em discussões anteriores sobre o tema assim como dados atuais retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Tesouro Nacional. Com isso, o trabalho indica uma possível influência das despesas orçamentárias sobre os indicadores de educação medido pelo IDEB. Observa-se um comportamento diferenciado entre os municípios das faixas populacionais conforme a dependência das variáveis fiscais.

Palavras-chave: Economia da Educação, Finanças Públicas, Municípios paranaenses

## **ABSTRACT**

This research aims to analyze the effects of municipal public spending on education on the perspective of the Basic Education Development Index (IDEB) in the Cities of Paraná. The research is based on previous discussions on the subject as well as current data taken from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the National Treasury. Therefore, the work indicates a possible influence of the budget expenses on the indicators of education measured by IDEB. It is observed a differentiated behavior among the cities of the population ranges according to the dependence of the fiscal variables.

Keywords: Economics of Education. Public Finance. Cities of Paraná



## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                                                                                       |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| GRÁFICO 1 – RELAÇÃO ENTRE GASTO EM EDUCAÇÃO E O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (FPM) NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, EM MÉDIA, NOS ANOS DE 2007 A 2015, POR FAIXA POPULACIONAL..... | 32 |
| GRÁFICO 2 – RELAÇÃO ENTRE GASTO EM EDUCAÇÃO E A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, EM MÉDIA, NOS ANOS DE 2007 A 2015, POR FAIXA POPULACIONAL.....                   | 33 |
| GRÁFICO 3 – PIB PERCAPITA NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, EM MÉDIA, NOS ANOS DE 2007 A 2015, POR FAIXA POPULACIONAL.....                                                                  | 34 |
| GRÁFICO 4 – RELAÇÃO ENTRE GASTO EM EDUCAÇÃO E O PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, EM MÉDIA, NOS ANOS DE 2007 A 2015, POR FAIXA POPULACIONAL.....                | 35 |
| GRÁFICO 5 – RELAÇÃO ENTRE GASTO EM EDUCAÇÃO E POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, EM MÉDIA, NOS ANOS DE 2007 A 2015, POR FAIXA POPULACIONAL.....                                    | 36 |
| GRÁFICO 6 – COMPARAÇÃO ENTRE O VALOR OBSERVADO E A META DO IDEB NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, EM MÉDIA, NOS ANOS DE 2007 A 2015, POR FAIXA POPULACIONAL.....                            | 37 |
| GRÁFICO 7 – CRESCIMENTO DO VALOR OBSERVADO NO IDEB NOS ANOS DE 2007 A 2015 NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, EM PORCENTAGEM, COM BASE NO ANO ANTERIOR, POR FAIXA POPULACIONAL.....          | 39 |
| GRÁFICO 8 – GASTO EM EDUCAÇÃO COM RELAÇÃO AO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO (FPM) DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, POR ANO E POR FAIXA POPULACIONAL.....                                            | 40 |
| GRÁFICO 9 – GASTO EM EDUCAÇÃO COM RELAÇÃO AO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, POR ANO E POR FAIXA POPULACIONAL.....                                            | 41 |
| GRÁFICO 10 – GASTO EM EDUCAÇÃO COM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, POR ANO E POR FAIXA POPULACIONAL.....                                         | 42 |
| GRÁFICO 11 – GASTO EM EDUCAÇÃO COM RELAÇÃO A POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, POR ANO E POR FAIXA POPULACIONAL.....                                                              | 42 |

## **LISTA DE TABELAS**

|                                                                                                                                 |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| TABELA 1 – – NÚMERO DE MUNICÍPIOS QUE ATINGIRAM OU NÃO AS METAS<br>DO IDEB NOS ANOS DE 2007 A 2015, POR FAIXA POPULACIONAL..... | 38 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

|         |   |                                                                                                         |
|---------|---|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FPM     | - | Fundo de Participação dos Municípios                                                                    |
| FUNDEB  | - | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação |
| FUNDEF  | - | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério              |
| IBGE    | - | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                                                         |
| ICMS    | - | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.                                                     |
| IDEB    | - | Índice de Desenvolvimento da Educação Básica                                                            |
| INEP    | - | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira                                  |
| IPARDES | - | Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social                                              |
| IPI     | - | Imposto sobre Produtos Industrializados                                                                 |
| LDB     | - | A Lei de Diretrizes e Bases da Educação                                                                 |
| MEC     | - | Ministério da Educação                                                                                  |
| OCDE    | - | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico                                               |
| PIB     | - | Produto Interno Bruto                                                                                   |
| RCL     | - | Receita Corrente Líquida                                                                                |
| TCH     | - | Teoria do Capital Humano                                                                                |
| TCU     | - | Tribunal de Contas da União                                                                             |

## SUMÁRIO

|          |                                                                                  |           |
|----------|----------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                          | <b>13</b> |
| <b>2</b> | <b>ECONOMIA DA EDUCAÇÃO .....</b>                                                | <b>14</b> |
| 2.1      | PERSPECTIVA CLÁSSICA.....                                                        | 14        |
| 2.2      | TEORIA DO CAPITAL HUMANO .....                                                   | 16        |
| 2.3      | O PAPEL DO ESTADO .....                                                          | 17        |
| <b>3</b> | <b>GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DA LITERATURA.....</b>               | <b>20</b> |
| <b>4</b> | <b>ORÇAMENTO PÚBLICO E DESPESAS COM EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS.....</b> | <b>24</b> |
| 4.1      | DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO.....                                              | 24        |
| 4.2      | TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS .....                                             | 26        |
| 4.3      | FUNDEF E FUNDEB .....                                                            | 27        |
| <b>5</b> | <b>O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) ....</b>                | <b>29</b> |
| <b>6</b> | <b>APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS .....</b>                                         | <b>31</b> |
| 6.1      | ANÁLISE DA MÉDIA DE GASTOS DO PERÍODO E POR FAIXAS POPULACIONAIS .....           | 31        |
| 6.2      | ANÁLISE IDEB POR FAIXAS POPULACIONAIS.....                                       | 36        |
| 6.3      | ANÁLISE DO GASTO POR PERÍODO E POR FAIXA POPULACIONAL ....                       | 39        |
| <b>7</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                | <b>44</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                         | <b>46</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre o impacto da educação na vida econômica de uma sociedade transcende décadas e nações. As mais diversas áreas de conhecimento se debruçam sobre o tema com a intenção de entender os mecanismos que tornam o efeito de educar tão relevante, dentre essas as ciências econômicas. Este trabalho, portanto, pretende contribuir para as pesquisas econômicas educacionais sobre a ótica dos gastos públicos nos municípios paranaenses.

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o Estado do Paraná possui o status de quinta maior economia estadual do país, com cerca de 5% da população nacional. O perfil da economia paranaense é principalmente agroindustrial com alto percentual de exportação. A região metropolitana de Curitiba, capital do estado, detém cerca de 44% do Produto Interno Bruto (PIB) e 34% da população de todo o Estado sendo, o restante, em sua grande maioria, compostos por municípios de pequeno porte. Dessa forma, esta pesquisa foca sua análise sob a perspectiva paranaense dos gastos municipais em educação de forma a compreender o comportamento destes entes frente às condições regionais.

Para tanto, estes gastos serão analisados sob a perspectiva do Índice de Desenvolvimento da educação básica (IDEB), nos anos de 2007 a 2015. Assim, será possível analisar, principalmente, uma possível relação entre os dispêndios educacionais, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a Receita Corrente Líquida (RCL). Para tanto, serão analisados dados extraídos do IBGE e do Tesouro Nacional, de forma a analisar as relações dos gastos em educação com as variáveis FPM, RCL, PIB e População municipais.

Com isso, este trabalho se inicia com a discussão teórica sobre os avanços na economia da educação e no papel estatal para investimento em recursos destinados a este fim, sendo atribuído, para este fim, o segundo item. A seguir, há um complemento de bibliografias que já estudaram o comportamento do gasto em educação nos municípios brasileiros. No terceiro e quarto itens deste trabalho há uma exposição sobre a legislação relativa ao orçamento público e diretrizes educacionais assim como uma descrição sobre o IDEB. Por fim, há uma análise dos dados referentes aos municípios e possíveis conclusões obtidas a partir dessas informações assim como uma conclusão geral sobre as variáveis estudadas.

## 2 ECONOMIA DA EDUCAÇÃO

A discussão acerca do tema educação adentrou na Economia política com os primeiros clássicos estudiosos como Smith, Mill e Marshall e se tornou, ao longo do tempo, um campo de estudo denominado Economia da Educação. Este destinado ramo da economia é destinado a se debruçar sobre os fatores determinantes e as implicações da educação. Para Ramos (2015, p. xii),

[...] a perspectiva dos economistas tem, atualmente, tal hegemonia que o sistema escolar é assumido, no dia a dia, como um espaço que delimita as possibilidades de crescimento da economia, determina o empregos e salários que o indivíduo terá em sua vida ativa, explica pobreza e sua reprodução entre gerações, pauta o perfil de trabalhadores que a estrutura produtiva terá em sua vida ativa, explica pobreza e sua reprodução entre gerações, pauta o perfil de trabalhadores que a estrutura produtiva terá a sua disposição e segue até dar alguns “palpites” sobre a constituição dos casais.

Com isso, este trabalho irá analisar algumas contribuições ao tema sob a ótica da economia da educação, que justificam os investimentos de metas de longo prazo.

### 2.1 PERSPECTIVA CLÁSSICA

A literatura clássica entende a educação como uma possibilidade de ganhos para o capital no longo prazo, promovendo aumento de produtividade para as indústrias. Adam Smith (1723-1790), em sua descrição da divisão do trabalho, sustenta a ideia de que este sistema não era capaz de promover maior qualificação ao trabalhador devido a especialização sendo, portanto, necessário que o Estado promovesse educação pública (SMITH, 1996). Nas palavras Smith (1996, v.1, p.290) “A destreza de um trabalhador pode ser enquadrada na mesma categoria que uma máquina ou instrumento de trabalho que facilita e abrevia o trabalho e que, embora custe certa despesa, compensa essa despesa com lucro”. Ainda Segundo Smith (1996, v.2, p. 244)

O entorpecimento de sua mente o torna não somente incapaz de saborear ou ter alguma participação em toda conversação racional, mas também de conceber algum sentimento generoso, nobre ou terno, e, conseqüentemente, de formar algum julgamento justo até mesmo acerca de muitas das obrigações normais da vida privada. Ele é totalmente incapaz de formar juízo sobre os grandes e vastos interesses de seus país.

E, com isso Smith direciona para a necessidade de intervenção estatal de forma a corrigir o problema gerado pela divisão do Trabalho. Smith (1996, v.2, p.244),

Assim, a habilidade que ele adquiriu em sua ocupação específica parece ter sido adquirida à custa de suas virtudes intelectuais, sociais e marciais. Ora, em toda sociedade evoluída e civilizada, este é o estado em que inevitavelmente caem os trabalhadores pobres — isto é, a grande massa da população — a menos que o Governo tome algumas providências para impedir que tal aconteça.

Nassau W. Senior (1790-1864) contribuiu para a construção do valor econômico da educação pois relacionou este à poupança no longo prazo, o que levaria a um aumento no investimento no futuro. A educação, para Senior, direciona a sociedade para a paz social, o que torna o ambiente favorável para o crescimento das nações. O estudioso identifica também a possibilidade de solução de conflitos distributivos no grupo familiar com a imposição da educação como obrigatória pois, assim, a família não haveria incentivos em trocar a possibilidade de ganhos futuros por ganhos no presente produzidos por trabalho infantil. (SENIOR apud RAMOS, 2015).

John Stuart Mill (1806-1873) avançou como representante dos clássicos ao indicar a educação como forma de igualar oportunidades. Mill, representante do pensamento liberal, também articulou a favor da educação de forma a corrigir o problema da pobreza extrema da população. Para Mill (1996), p.431:

Se, pois, quisermos alterar os hábitos da população trabalhadora, há necessidade de uma dupla ação, dirigida simultaneamente à sua inteligência e à pobreza em que ela se encontra. A primeira coisa necessária é uma educação nacional eficiente dos filhos da classe trabalhadora; e juntamente com essa medida, requer-se um sistema de providências que extingam (como fez a Revolução na França) a pobreza extrema durante uma geração inteira.

Mais à frente, Alfred Marshall (1842-1924) retoma a importância da educação no que tange aos retornos que dela a sociedade pode usufruir. Dessa forma,

Marshall (1890) construiu um elo entre educação e ganhos de produtividade. Assim, a produtividade gerada pelos anos de dedicação ao sistema escolar geraria uma perspectiva de aumento de salários e com isso aumento da renda dos países (MARSHALL, 1996). Segundo Marshall (1996, v.1, p.112),

Em nossa própria época esse título tem sido invocado pelos opositores aos gastos generosos em benefício da educação das massas populares, a despeito do fato de que economistas contemporâneos afirmam, unânimes, que tais gastos constituem uma verdadeira economia, e que recusá-los seria, ao mesmo tempo, um erro e um mau negócio do ponto de vista nacional.

Assim, os autores clássicos contribuíram de forma a inserir o princípio do debate a respeito dos retornos tanto de produtividade como de bem-estar das nações. Portanto, vemos uma convergência do pensamento clássico na direção do argumento a favor do controle estatal sobre a educação, assim como uma unanimidade dos efeitos positivos deste. A teoria avança, agora, para o surgimento da Teoria do Capital Humano.

## 2.2 TEORIA DO CAPITAL HUMANO

A partir de Marshall, a teoria avança para modelos mais complexos, como a Teoria do Capital Humano (TCH), que foi desenvolvida pelos economistas Jacob Mincer (1922-2006), Theodore Schultz (1902–1998) e Gary Becker (1930-2014). As primeiras noções dessa teoria foram divulgadas entre os anos 1950 e 1970, e renderam aos autores do Prêmio Nobel de Economia. Assim, temos essa teoria como um avanço na discussão sobre o tema pois levanta informações sobre como a remuneração dos fatores é relacionado ao aumento da sua produtividade, utilizando a lógica da maximização do lucro realizado pelas firmas.

Desta forma, a educação tem um papel crucial na diferenciação das remunerações dos fatores de produção, que são oriundas do processo de acumulação de anos de estudo. Nas palavras de Schultz (1973), “os gastos em educação não são propriamente gastos com consumo, mas sim um gasto em capital humano”. Assim, o incremento na qualidade do esforço humano e na produtividade são derivados das melhorias nas capacidades técnicas e com aumento de conhecimentos. Com isso, tem-se a expansão da discussão a respeito do



investimento no homem, entendendo este como um bem de capital capaz de promover crescimento econômico.

Dessa forma, a teoria econômica passa a incorporar uma forma de quantificar os retornos oriundos do investimento pessoal em educação, que são traduzidas para recompensas com valores monetários. Nesse sentido é importante ressaltar a educação como um investimento de longo prazo, onde os indivíduos se deparam com um trade off de escolhas entre dispêndio de um tempo e dinheiro em prol de retornos futuros em uma relação poupança-investimento. A partir disso, a economia passa a considerar a educação como um “bem econômico” propulsora de externalidades positivas na sociedade. Porém, entender o papel da educação vai além do que somente um fator gerador de aumento de produtividade, mas sim como propulsor de crescimento e desenvolvimento dos países. Sendo assim, o debate seguirá para o retorno social da educação tendo em vista que as externalidades geradas para o país e a necessidade de coordenação estatal de forma corrigir as possíveis falhas.

## 2.3 O PAPEL DO ESTADO

Stiglitz (1988) indica a existência de falhas de mercado que justificam a políticas públicas voltadas para a educação, a importância se deve a existência de externalidades positivas além de um alto retorno privado. Assim, segundo o autor, os benefícios da educação não são exclusivamente individuais, mas também para a nação como um todo. Stiglitz (1988) também indica a necessidade de intervenção estatal na educação devido ao papel distributivo da educação, que promove mobilidade social e a existência de mercados imperfeitos<sup>1</sup>.

Cochran e Malone (2010) corroboram com a teoria do Capital Humano e analisam, com isso, a política educacional dos Estados Unidos da América. Para eles, o capital humano é pré-requisito para o sucesso econômico do país e, para tanto, é necessária coordenação de políticas públicas para a manter a competitividade americana. Para os estudiosos, a intervenção estatal é justificada

---

<sup>1</sup> O autor utiliza, neste caso, o exemplo dos estudantes que não conseguem acesso ao ensino superior sem ajuda financeira do estado.

devido á educação ser quase um bem público<sup>2</sup> que gera importantes externalidades positivas na sociedade. Cochran e Malone (2010) também indicam que, além da melhoria da produtividade, a educação possui o papel de promover cidadania e mobilidade social.

A literatura brasileira acerca do tema Economia da Educação possui contribuições no sentido de ampliação do discurso. Harbison e Myers (1965) indicaram caminhos para a obtenção de recursos humanos<sup>3</sup> via promoção de educação para que, assim, houvesse crescimento econômico. Contudo, nesta época, os autores já haviam indicado a necessidade do planejador de recursos humanos de focar suas análises no estabelecimento de metas ao invés da elaboração de previsões. A meta teria o papel de indicar uma direção efetiva para a ação governamental, baseadas em comparações com outros países como cerne da metodologia. Para os autores, o estabelecimento de um plano nacional de metas era o caminho a ser percorrido para o desenvolvimento econômico e social do país.

De Moura Castro (1972) dissertam sobre o custo-benefício da educação, em termos de custos diretos, renda não recebida e taxa de retorno e também em retornos sócio-econômicos da educabilidade, como desenvolvimento da inteligência e aumento nos níveis de renda pessoal. Além de atribuir à educação a chave para a mobilidade social e a maneira mais eficiente de aumentar a produtividade do trabalho, o autor também discorre sobre o direcionamento da política educacional com ênfase nos primeiros anos de escolaridade pois, neste período, é possível e economicamente viável promover desenvolvimento cognitivo e da personalidade.

Com isso, o debate atual sobre o papel da educação abrange são somente variáveis quantitativas mas também qualitativas. Segundo Almeida e Gasparini (2011),

---

<sup>2</sup> Segundo os autores, a educação não assume completamente o papel de um bem público pois, atualmente, fere as condições de não rivalidade e não exclusividade tendo em vista a existência, por exemplo, de salas de aulas lotadas que diminuem a eficiência do ensino.

<sup>3</sup> Entende-se por recursos humanos, segundo os autores, “O processo de aumento do conhecimento, as habilitações e a capacidade de todas as pessoas numa sociedade” (HARBISON & MYERS, 1965, p.14)

Os investimentos na área estão associados a um abrangente conjunto de benefícios econômicos e não-econômicos. Inclusive, alguns dos maiores benefícios podem ser os nãoeconômicos: maior expectativa de vida, redução da criminalidade e envolvimento na vida comunitária, só para citar alguns exemplos.

Portanto, é nítido o direcionamento da bibliografia sobre economia da educação em direção à necessidade de coordenação estatal por esta se tratar de um setor estratégico para o crescimento e desenvolvimento do país. Dessa forma, a discussão deste trabalho segue para uma análise sobre o comportamento do Estado e de seu dispêndio um prol do alcance destes objetivos. O próximo capítulo é destinado à investigação das pesquisas que também se debruçaram para o entendimento dessa dinâmica no Brasil.

### **3 GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DA LITERATURA**

O padrão de gastos com educação no Brasil se modificou ao longo do tempo e diversas discussões sobre o tema foram desenvolvidas sob o olhar econômico. Dessa forma, este capítulo é destinado a uma análise dos temas já abordados sobre esse gasto e suas perspectivas.

Almeida (2001), analisou o aumento dos gastos em educação na esfera municipal no período de 1994 a 1999, este aumento é atribuído pelo autor ao do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), em 1998. O autor concluiu que, apesar dos esforços para uma distribuição mais equitativa dos recursos, o gasto por aluno no Brasil ainda estava longe dos padrões internacionais no período analisado. Almeida (2001), também indica uma tendência a municipalização dos gastos com a educação básica ao longo do tempo e sugere, por fim, a procura de instrumentos que viabilizariam o aumento do gasto por aluno na educação básica afim de melhorar a qualidade do ensino.

Castro e Sadeck (2003) centraram-se na análise dos aspectos jurídico-institucionais que fundamentam e delegam ao poder público a responsabilidade pela manutenção, e expansão e mecanismos de financiamento da educação. Sendo esta última o objetivo central da análise dos autores, que utilizaram como referência o ano de 2000. Os recursos destinados aos municípios, imposto pela Constituição Federal, são transferências tanto estaduais como federais, além da arrecadação própria do município. Dessa forma, os autores conseguiram identificar a dependência municipal das transferências constitucionais da União e dos Estados, principalmente provenientes do ICMS. O trabalho apresentou o dado para 2000 no qual os Estados transferiram 43% da receita total municipal disponível, no período analisado e que, sem esta transferência, seria impossível para os municípios cumprirem suas obrigações constitucionais.

Castro (2007) corrobora com a análise do gasto ser descentralizado em educação, porém, em um recorte de 1995-2005 constatou a falta de ampliação de recursos destinados à educação básica, categorizando uma falta de prioridade na implementação de políticas públicas neste período. O autor indica também uma não prioridade macroeconômica dada a educação tendo em vista que a participação

desses gastos aumentou somente 1% com relação ao PIB no período, contradizendo o discurso político à época. Outro ponto importante apresentado por Castro foi a tendência a municipalização dos gastos no recorte temporal analisado, tal fato indica um processo de ampliação da responsabilidade dos municípios no gasto com Educação. Com isso, o estudo conclui que os gastos previstos constitucionalmente foram de grande relevância para a proteção contra cortes orçamentários, entretanto não houve uma modificação destes gastos em anos de crescimento econômico, identificando uma estagnação e uma falta de prioridade dos governos em aumentar esse financiamento da educação em tempos de crescimento econômico. Assim como, o processo de transferência de responsabilidade na implementação desses gastos passou continuamente, durante o período de 1995 a 2005, da União e dos Estados para os Municípios, categorizando um processo de municipalização.

Almeida e Gasparini (2011) desenvolveram um índice para avaliação da eficiência e qualidade do gasto público em educação e aplicaram para os municípios do Estado da Paraíba. O estudo realizado tem como foco principalmente o ensino fundamental à nível municipal (primeira fase). O trabalho conseguiu identificar a influência de municípios com maior Produto Interno Bruto (PIB) nas cidades ao redor destas, ou seja, os bons resultados do índice de eficiência tiveram um efeito de propagação para as regiões mais próximas onde se concentrou uma maior quantidade de municípios com bom desempenho. O estudo também indicou um mau desempenho em microrregiões mais afastadas das cidades que concentram a riqueza do estado, sendo orientando, portanto, políticas direcionadas para esses centros. Portanto, Almeida e Gasparini (2011) concluíram uma análise qualitativa do gasto público em educação e não somente quantitativa, essa análise se justifica para a instrução de políticas públicas de eficiência na gestão dos recursos destinados a este fim.

Savian e Bezerra (2013) realizaram um estudo da eficiência do gasto público em educação dos municípios paranaenses, nos anos 2005 e 2009. Neste recorte, os autores analisaram comparativamente os municípios e mesorregiões do Estado do Paraná de forma a captar tendências específicas deste, com base no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB. Assim, os dados constatarem que os municípios paranaenses que apresentaram resultados ineficientes são, em sua

maioria, bem desenvolvidos economicamente e as regiões com menor PIB apresentaram menos desperdícios de recursos no período analisado. Os resultados expõem a necessidade de revisão por parte da administração pública de forma a corrigir estas ineficiências regionais.

Diaz (2012) utilizou o IDEB como medida de avaliação de resultados escolares e seu comportamento quando analisado em conjunto com os gastos dos municípios brasileiros com ensino fundamental, no ano de 2005. O estudo indicou que aumento de gastos públicos em educação não necessariamente se traduzem em bons resultados em termos de qualidade da educação. Apesar de correlacionar positivamente maiores gastos municipais com educação por aluno com bons resultados no IDEB, quando analisados os gastos gerais, essa correlação não é verificada. Dessa forma, segundo análise da autora, o simples aumento de gastos não necessariamente gera efeitos na qualidade do ensino do município. A conclusão desenvolvida por Diaz (2012) recomenda que uma análise mais específica de quais aspectos podem realmente gerar impactos na qualidade e que os gastos realizados devem ser centralizados nesses gargalos específicos.

Soares e Clemente (2013) utilizaram um recorte de 2005 a 2011 para analisar os gastos municipais paranaenses e sua relação com o desempenho escolar medido pelo IDEB desse período. Utilizando de estatísticas descritivas e análise de dados em painel, o estudo observou que a remuneração média dos professores foi o insumo que mais apresentou dados significativos para explicar o desempenho escolar. Os autores também analisaram a variável aluno por professor, como proxy para tamanho da turma, e apresentaram correlação negativa com o desempenho no IDEB, como esperado. O estudo sugere, portanto, maior valorização do profissional da educação nos municípios do Estado do Paraná.

Domiciano e de Almeida (2015) buscaram observar os efeitos dos gastos públicos, corrente e de capital, sobre o cumprimento das metas do IDEB, em 2011, para os municípios paraibanos. Neste estudo, foi utilizado um indicador para mensurar o nível de eficácia da gestão pública dos municípios paraibanos, construído a partir da equação utilizada pelo INEP para a mensuração de metas para o IDEB que foi relacionado com os gastos públicos municipais por meio de uma função econométrica baseada na função de produção escolar. O estudo apresentou dados que sugerem uma não correlação positiva em gastos de capital e os

resultados do IDEB o que indica que maiores gastos não refletem necessariamente em melhores resultados nos indicadores educacionais. Assim como, o custo por aluno e as despesas corrente e de capital não se mostraram influenciadoras de um melhor desempenho no IDEB. Assim, a melhoria dos resultados no IDEB não é derivada exclusivamente do aumento no gasto público em educação, mas sim na administração eficiente que os municípios fazem com esses recursos.

Do Amaral e Menezes-Filho (2009) buscaram também analisar o efeito do gasto público municipal sobre o desempenho na Prova Brasil. O estudo utilizou dos resultados obtidos de alunos do ensino fundamental nos municípios brasileiros, em 2005. A conclusão dos autores negou uma correlação entre gastos educacionais e o desempenho dos alunos na avaliação.

O discurso teórico avançou ao longo do tempo em estudos direcionados a eficiência do gasto público em educação, e as análises se completam no sentido de identificar que o simples aumento de gasto não gera necessariamente uma melhoria do desempenho escolar. Dessa forma, com a implementação da avaliação de desempenho pela IDEB, este vem sendo amplamente utilizado na literatura como medida para avaliar o desempenho educacional dos municípios. O objetivo deste trabalho agora se concentra em uma perspectiva de análise frente aos recursos destinados pelo Fundo de Participação de Municípios tendo em vista a tendência da municipalização do gasto e o forte grau de dependência destes entes frente aos recursos disponibilizados por este Fundo. Dessa forma, este trabalho segue agora para uma análise do orçamento público orientado para a Educação assim como toda a legislação que o rege.

## **4 ORÇAMENTO PÚBLICO E DESPESAS COM EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

Este capítulo se concentra na análise jurídica das bases e diretrizes da educação, das transferências constitucionais e dos planos educacionais FUNDEF e FUNDEB. Cabe ao Estado garantir a oferta de serviços educacionais, assim como promover incentivos à educação. Apesar da livre iniciativa à educação privada, o Estado deve garantir a educação obrigatória nos termos da constituição. Também está disposto a respeito da vedação de cobrança de taxas para custeio desses serviços educacionais, sendo, portanto, a única forma de arrecadação via tributos, de acordo com Boueri, Rocha e Rodopoulos (2015).

### **4.1 DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO**

A lei de nº 9.394/96 dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e assegura parâmetros e obrigações dos entes federativos com os serviços educacionais. Segundo esta, a educação básica deve ser obrigatória, gratuita e assegurada dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade e a porcentagem que a União, os Estados, Distrito Federal e Municípios destinam das suas receitas resultantes de impostos, para a manutenção e desenvolvimento do ensino, é de no mínimo 18% para a União e de 25% para Estados, Distrito Federal e Municípios (BRASIL, 1996).

O artigo 212, da Constituição Federal, dispõe sobre padrões mínimos de qualidade de ensino e insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Segundo exposto no § 2º, em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais. E, no parágrafo 4º, garante a penalidade sobre o crime de responsabilidade à autoridade competente que negligenciar a garantia do oferecimento de ensino obrigatório. (BRASIL, 1988).

Segundo o Art. 8º, da lei nº 9.394/96, A União, os Estados e Municípios serão os responsáveis pela organização, em regime de colaboração, com os respectivos sistemas de ensino. No Art. 11, inciso V, fica claro a prioridade à constituição dada



ao ensino fundamental a cargo da responsabilidade Municipal, sendo permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1996).

A Constituição também assegura a finalidade da educação básica de desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Os objetivos do ensino fundamental, segundo a legislação, são o desenvolvimento da capacidade de aprender e o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores sociais; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem e o fortalecimento dos vínculos de família, de solidariedade humana e tolerância (BRASIL, 1988).

As disposições dos recursos financeiros destinados à educação estão descritas no artigo Art. 68, também referente à lei nº 9.394/96. Neste estão dispostos recursos públicos que devem ser destinados a este fim, sendo estes impostos arrecadados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios; receitas de transferências constitucionais e outras transferências; receita do salário-educação e de outras contribuições sociais; receita de incentivos fiscais e outros recursos previstos em lei (BRASIL, 1996).

Conforme o Art. 69, também pertencente à lei nº 9.394/96, a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público (BRASIL, 1996).

E, no Art. 214, da Constituição Federal, é posto o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a

erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade de ensino; formação para o trabalho; promoção humanística, científica, e tecnológica do País; estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (BRASIL, 1988).

Assim, fica claro a prioridade dada pela Constituição ao fornecimento de recursos e diretrizes do ensino. Como foi exposto, há uma vasta quantidade de normas e regulamentos que compõe os aspectos jurídicos relacionados a este tema. Para o financiamento dos municípios, não somente para recursos destinados à educação, mas para também manter outros setores-chave para o bem-estar da população. A Constituição também dispõe sobre transferências governamentais que se tornam as principais fontes para financiamento dos gastos municipais.

#### 4.2 TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

A Constituição Federal também garante Transferências Constitucionais aos Estados e Municípios mediante as normas do Art. 159 a disposição sobre o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), um fundo de natureza contábil. O artigo dispõe sobre a destinação da arrecadação de impostos da União para esse Fundo, sendo este 22,5% oriundos de impostos sobre produtos industrializados mais 1% destinados no primeiro decênio do mês de julho e mais 1% do mês de dezembro de cada ano (BRASIL, 1988).

Ainda de acordo com o Art. 159, os Estados devem destinar 25% dos recursos recebidos da União, vindos de arrecadação tributária de impostos sobre produtos industrializados. Destes recursos atribuídos ao FPM, segundo o Art. 91 da Lei Nº 5.172, 10% serão destinados às capitais dos Estados e o restante, 90%, aos demais municípios. Essa distribuição aos demais municípios seguem orientações constitucionais para sua distribuição seguindo um fator representativo da população e um fator representativo do inverso da renda *per capita* do Estado. Para a estimação desses fatores, é utilizado dados retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Tribunal de Contas da União (TCU) é o responsável pela divulgação dos coeficientes municipais de participação do FPM, este que é realizado até o último dia útil de cada exercício financeiro, para cada Município (BRASIL, 1966).

Além das disposições iniciais relacionados na Constituição Federal, foram instituídas emendas constitucionais relacionados à Educação para aumentar o montante de gastos destinados à Educação. Primeiramente, com a criação de um Fundo destinado ao Ensino Fundamental e que, após 10 anos, foi substituído por uma Fundo que abrange todo o Ensino Básico no Brasil.

#### 4.3 FUNDEF E FUNDEB

Foi iniciado no dia primeiro de janeiro de 1998 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) que desvinculou os gastos com o Ensino Fundamental e normalizou uma parcela específica e gastos destinados a este, segundo LEI Nº 9.424. Segundo esta, no Art.1 § 1º, este fundo foi composto de 15% dos recursos obtidos pelo tributo sobre circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços (ICMS); do Fundo de Participação dos Estados e Municípios (FPE e FPM) e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI (BRASIL, 1996).

A distribuição dos recursos do FUNDEF se deu na proporção do número de alunos matriculados anualmente nas escolas e com diferenciação de custo por aluno, segundo os níveis de ensino. Este Fundo provocou uma mudança estrutural no financiamento estudantil e passou a ser mais equitativo nas Unidades da Federação, como indicado por Almeida (2001). Outros autores como Castro e Sadeck (2003) e Castro (2007) também discursaram sobre o Fundo e sobre as modificações que os entes da federação sofreram no período de implementação desse fundo.

O FUNDEF foi substituído, em 2007, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que desvinculou não somente gastos com Ensino Fundamental mas também sobre o Ensino Infantil e Médio. Este Fundo terá a duração de 14 anos, sendo finalizado no ano de 2020 e o controle desse dos recursos deste fundo estão sob responsabilidade dos governos estaduais. Segundo o Portal do Ministério da Educação (MEC) “O aporte de recursos do governo federal ao Fundeb, de R\$2 bilhões em 2007, aumentou para R\$3,2 bilhões em 2008, R\$5,1 bilhões em 2009 e, a partir de 2010, passou a ser no valor correspondente a 10% da contribuição total dos estados e municípios de todo o país” (BRASIL, 2007).

As diretrizes do fundo foram expostas na Lei Nº 11.494 que altera para nove o número de tributos de competência da União, Estados e Municípios que são destinados a este. Para Boueri, Rocha e Rodopoulos (2015) “O Fundeb possui um mecanismo de complementação de fundos pela União, que pode acarretar em recursos excedentes aos constitucionalmente vinculados”. O valor agora destinado a este fundo é de 20% das receitas de impostos e transferências líquidas. Ainda segundo Boueri, Rocha e Rodopoulos (2015) “A complementação federal ocorre sempre que o volume de recursos não for suficiente para assegurar, no âmbito de cada estado, determinado valor médio mínimo por aluno, estabelecido nacionalmente”.

Portanto, há um aparato legal garantidor do gasto público em educação assim como uma fonte de arrecadação municipal, oriunda das arrecadações estaduais e da União, de forma a garantir que os municípios consigam atender às necessidades educacionais do seu município. Vê-se aqui uma conexão entre as diretrizes educacionais e programas federais de incentivos e o Fundo de Participação dos municípios que, junto à arrecadação de impostos, são as fontes de recursos para garantir os parâmetros legais. Como exposto anteriormente, é destinado 20% dos recursos do FPM aos gastos educacionais, entretanto essa porcentagem total só foi alcançada a partir de 2009.

Dessa forma, o objetivo da análise de dados referente ao capítulo cinco deste trabalho será analisar um possível efeito da dependência municipal deste fundo para a obtenção das metas sugeridas pelo IDEB. Este último será o objeto de análise do próximo capítulo.

## 5 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um parâmetro de qualidade do ensino público municipal e Estadual que varia de  $0 \leq \text{Ideb} \leq 10$ . Os dados são obtidos dos exames Prova Brasil e Saeb aplicados em alunos 4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries do ensino fundamental e 3<sup>a</sup> série do ensino médio, em conjunto com informações sobre o rendimento escolar identificado pela taxa média de aprovação dos estudantes. Para Felício (2009):

A principal vantagem de se utilizar o índice em lugar de dois indicadores individualmente é o fato de o índice desestimular a melhora de um dos indicadores em detrimento do outro, ou seja, não há incentivos para elevar a taxa de aprovação sem garantir, ao menos, a manutenção da aprendizagem, ou elevar o desempenho médio pela retenção dos alunos com maiores dificuldades. Isso porque, em ambos os casos, as mudanças têm sentidos inversos sobre o índice e podem se anular ou até mesmo levar à queda do IDEB.

O IDEB, portanto, é resultado do produto entre o desempenho nas provas padronizadas e rendimento escolar. O cálculo se dá com a média padronizada de determinado ano escolar (ex: 4<sup>a</sup> série), este valor multiplicado pelo inverso do número de anos que os alunos levam, na média, para concluir esta série. O principal objetivo deste indicador de qualidade é o monitoramento da educação, o que possibilita um direcionamento mais eficiente de políticas de melhorias no sistema de ensino.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), responsável pelo cálculo do IDEB, aplicação das provas de proficiência do ensino e dados referentes ao sistema educacional, também disponibiliza dados referentes a metas intermediárias do IDEB que os municípios devem alcançar. Segundo Fernandes (2007), o compromisso com o cumprimento das metas relacionadas pelo IDEB está no Termo de Adesão ao Compromisso Todos pela Educação, eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação, que trata da educação básica.

A lógica é a de que para que o Brasil chegue à média 6,0 em 2021, período estipulado tendo como base a simbologia do bicentenário da Independência em 2022, cada sistema deve evoluir segundo pontos de partida distintos, e com esforço maior daqueles que partem em pior situação, com um objetivo implícito de redução da desigualdade educacional (FERNANDES, 2007).

Esse esforço para atingir a meta de 6,0 em 2021 é uma tentativa de igualar a qualidade de ensino com a média atual dos países pertencentes à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de forma a diminuir a desigualdade educacional. Estas metas são uma medida de esforços individuais e diferenciadas, calculadas nos âmbitos nacional, estadual, municipal e para cada escola e com a periodicidade de dois anos, ou seja, uma meta de curto prazo. Dessa forma, é possível calcular a trajetória do IDEB que cada ente da federação irá contribuir para que o Brasil atinja a meta escolhida.

Para o cálculo da meta são utilizados o IDEB no ano inicial, a meta para o Brasil, e o tempo necessário para o alcance dessa meta e o esforço e velocidade devem ser empregados para que se possa alcançar esse objetivo. Apesar de uma trajetória diferente para cada Estado e Município, devido ao procedimento do cálculo dos esforços e metas intermediárias, é calculado também um período para convergência e diminuição da desigualdade entre os resultados. Este período, segundo a metodologia divulgada pelo INEP e descrita por Fernandes (2001), essa convergência entre os índices acontecerão em 2096.

A ideia central do sistema de metas foi obter um maior comprometimento das redes e escolas com o objetivo da melhoria do IDEB. Um sistema de metas – pactuadas entre o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação de estados e municípios – serviria para aumentar a mobilização da sociedade em favor da qualidade da educação” (FERNANDES e GREMAUD, 2009).

A partir de 2007, o IDEB passou a ser utilizado pela literatura econômica como medida de qualidade da educação para ser comparada aos gastos públicos, assim se tornando uma medida de eficiência dos gastos públicos direcionados a fins educacionais, conforme observado em Savian e Bezerra (2013), Diaz (2012), Soares e Clemente (2013), Domiciano e de Almeida (2015) e Boueri, Rocha e Rodopoulos (2015).

Assim, este trabalho utilizará os resultados do IDEB para também avaliar o comportamento do gasto público frente aos objetivos estipulados pela meta. No próximo capítulo será exposto uma análise de dados que justificam essa pesquisa.

## 6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo será destinado a uma análise de dados referente aos gastos com educação nos municípios paranaenses de forma a captar o comportamento e possíveis tendências desses gastos, observando um recorte temporal de 2007 a 2015.

Para a construção do capítulo foram utilizados dados retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os dados coletados foram referentes ao montante do Produto Interno Bruto (PIB) e Expectativa populacional. Já os Gastos com educação, Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Receita Corrente Líquida (RCL) foram retirados do Tesouro Nacional, todos estes desagregados para cada município do Estado do Paraná.

As informações a respeito do Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) foram retirados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), subsidiada do Ministério da Educação (MEC), também relativo a cada município paranaense. Os dados utilizados de IDEB foram relativos as notas somente da 4ª série, ou 5º ano tendo em vista que somente com relação a esta fase do ensino foram fornecidos os dados para a grande maioria dos 399 municípios pertencentes ao estado.

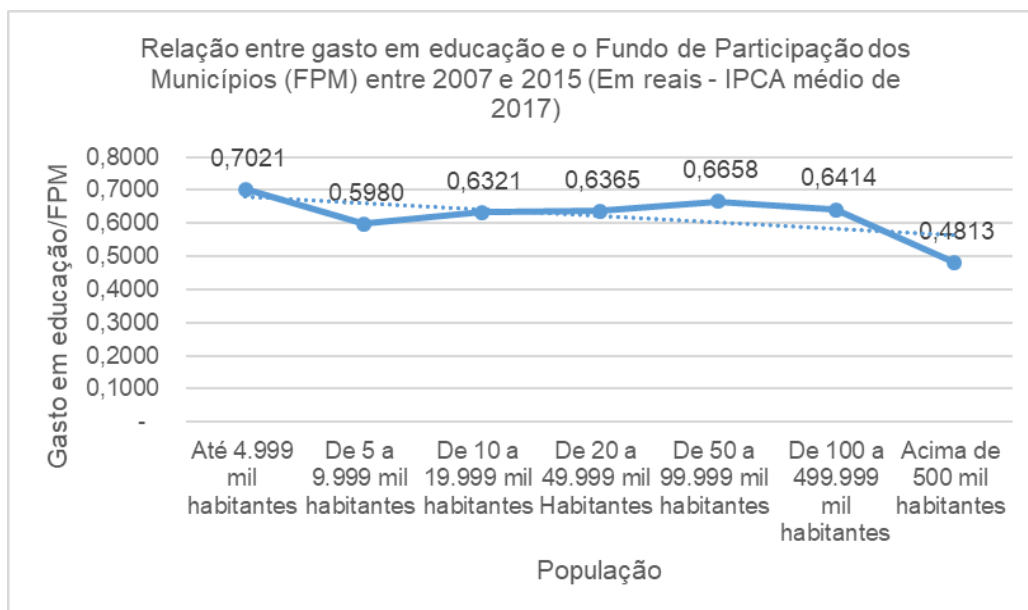
As informações municipais foram agregadas, neste trabalho, por faixas populacionais, sendo um total de sete faixas, para melhor entendimento e ilustração do comportamento desse conjunto de municípios. Para esta separação foram utilizados a média populacional dos anos de 2007 a 2015, de acordo com a projeções do IBGE.

### 6.1 ANÁLISE DA MÉDIA DE GASTOS DO PERÍODO E POR FAIXAS POPULACIONAIS

A seguir, tem-se uma análise da associação do gasto público com relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ilustrado no gráfico 1. É observado uma tendência de queda desse gasto em proporção ao FPM dos municípios ao longo das faixas populacionais, sendo os municípios com até 4.999 mil habitantes os possuidores da maior proporção desse gasto, o que sugere uma forte dependência

dos gastos educacionais desses municípios das transferências disponibilizadas por este fundo. A maior independência desse fundo é observada nos municípios que possuem acima de 500 mil habitantes, como já era esperado tendo em vista uma maior atividade econômica presente em municípios desse porte.

GRÁFICO 1 - RELAÇÃO ENTRE GASTO EM EDUCAÇÃO E O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (FPM) NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, EM MÉDIA, NOS ANOS DE 2007 A 2015, POR FAIXA POPULACIONAL.

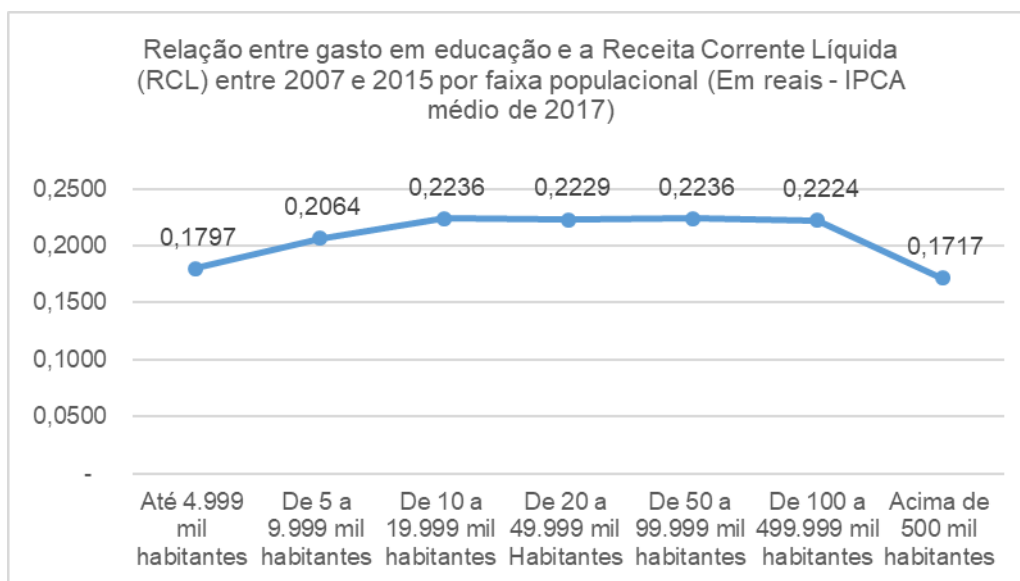


FONTE: IBGE (2018); Tesouro Nacional (2018). Nota: Elaborado pelo autor.

Com relação ao gasto em educação em proporção à Receita Corrente Líquida (RCL) representado no gráfico 2, observamos um comportamento de curva, o que sugere que os municípios que possuem um maior gasto em educação com relação à RCL estão entre 5 mil e 499.999 mil habitantes. Uma possível explicação para esse fenômeno pode ser a dependência, dos municípios de até 4.999 mil habitantes, de transferências dos outros entes da federação e sua capacidade limitada de obtenção de recursos via arrecadação tributária. Os municípios superiores a 500 mil habitantes possuem uma RCL muito superior ao restante dos municípios enquanto o Gasto em Educação não aumenta na mesma proporção.



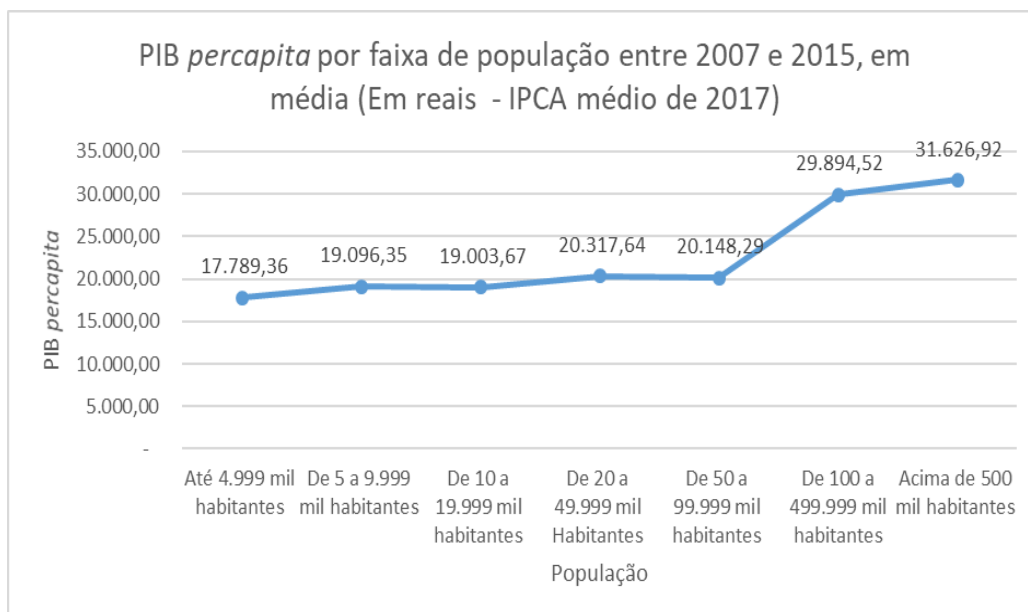
GRÁFICO 2 - RELAÇÃO ENTRE GASTO EM EDUCAÇÃO E A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, EM MÉDIA, NOS ANOS DE 2007 A 2015, POR FAIXA POPULACIONAL.



FONTE: IBGE (2018); Tesouro Nacional (2018). Nota: Elaborado pelo autor.

Como esperado e esboçado no gráfico 3, O Produto Interno Bruto (PIB) *percapita* aumenta conforme o crescimento das faixas populacionais, tendo um salto mais significativo nos municípios paranaenses acima de 99.999 mil habitantes, o que sugere uma concentração do PIB *percapita* nestes municípios.

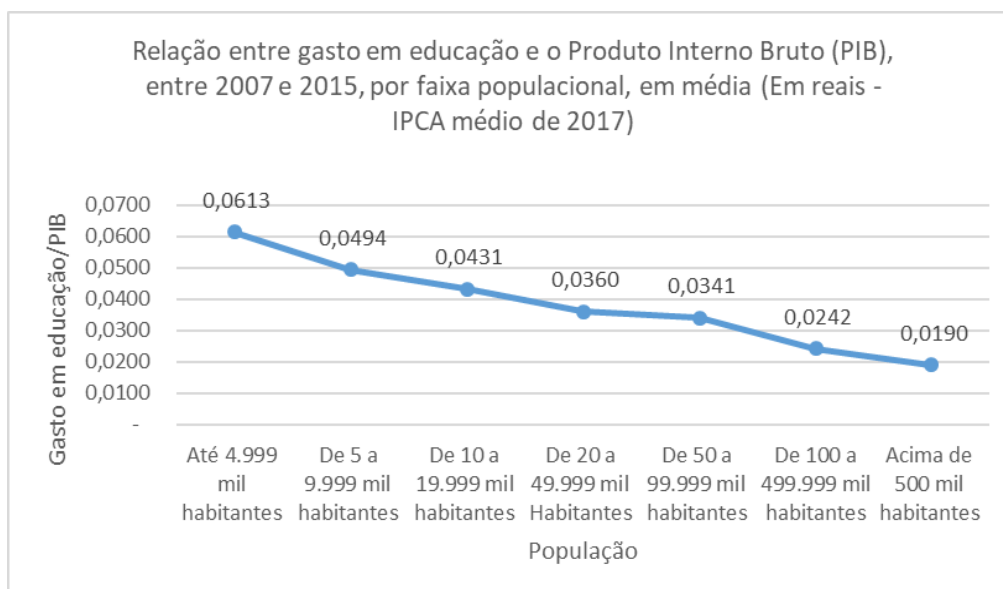
GRÁFICO 3 – PIB PERCAPITA NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, EM MÉDIA, NOS ANOS DE 2007 A 2015, POR FAIXA POPULACIONAL.



FONTE: IBGE (2018). Nota: Elaborado pelo autor.

Entretanto, quando observados os dados de gastos com educação em proporção ao Produto Interno Bruto (PIB), observamos que a mesma tendência de queda conforme aumento da população, de acordo com o gráfico 4. Esta análise já foi contemplada pela revisão bibliográfica e uma possível resposta para este comportamento se deriva da explicação de que os gastos com educação não acompanham na mesma proporção o aumento do PIB desses municípios devido a um possível engessamento desses gastos, seguindo parâmetros constitucionais bem definidos, o que corrobora com a hipótese de não prioridade dada à educação pelos governos, o que contraria o discurso político exposto à época.

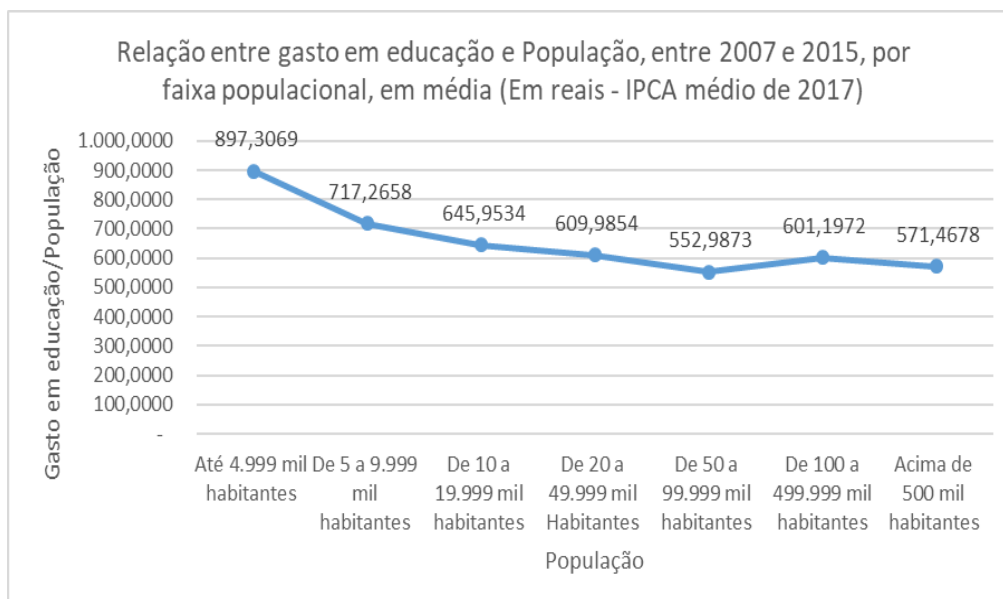
GRÁFICO 4 – RELAÇÃO ENTRE GASTO EM EDUCAÇÃO E O PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, EM MÉDIA, NOS ANOS DE 2007 A 2015, POR FAIXA POPULACIONAL.



FONTE: IBGE (2018); Tesouro Nacional (2018). Nota: Elaborado pelo autor.

A proporção do gasto em educação e população também segue a mesma tendência do gráfico anterior, relacionado no gráfico 5. Dessa forma, também pode-se indicar que municípios mais populosos não aumentam seus gastos na mesma proporção de sua população, sendo o maior gasto compreendido entre os municípios de até 4.999 mil habitantes.

GRÁFICO 5 – RELAÇÃO ENTRE GASTO EM EDUCAÇÃO E POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, EM MÉDIA, NOS ANOS DE 2007 A 2015, POR FAIXA POPULACIONAL.

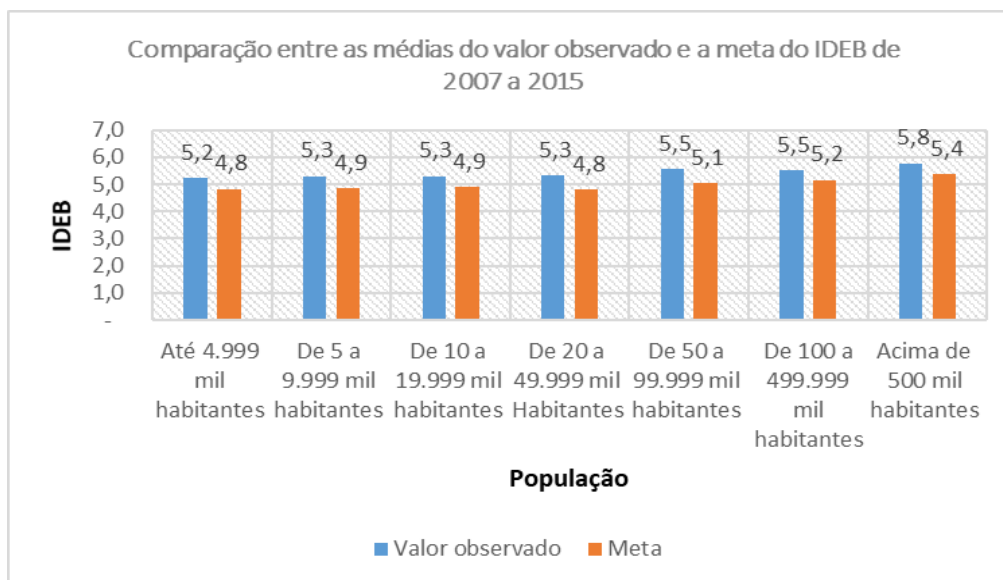


FONTE: IBGE (2018); Tesouro Nacional (2018). Nota: Elaborado pelo autor.

## 6.2 ANÁLISE IDEB POR FAIXAS POPULACIONAIS

Agora a análise dos dados foca na investigação dos resultados obtidos do IDEB dos municípios do Paraná. O gráfico 6 foi obtido segundo as médias do valor observado e das metas estipuladas pelo IDEB. É verificado, portanto, uma estabilização frente a meta do índice, sendo a maior diferença entre a meta e o valor observado nos municípios de 20 a 49.999 mil habitantes, com uma magnitude de 0,5, e a menor diferença nos municípios de 100 a 499.999 mil habitantes. Com isso, podemos verificar que, apesar de diferenças de 0,6 pontos entre a faixa de maior IDEB, nos municípios acima de 500 mil habitantes, e o menor IDEB, em municípios de até 4.999 mil habitantes, a média de 2007 a 2015 ilustrou uma tendência de padronização do valor observado quando comparados à meta, independente da faixa populacional. Tal fato é interessante sob o ponto de vista de proposta do Índice no caminho da igualdade com os países pertencentes à OCDE.

GRÁFICO 6 –COMPARAÇÃO ENTRE O VALOR OBSERVADO E A META DO IDEB NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, EM MÉDIA, NOS ANOS DE 2007 A 2015, POR FAIXA POPULACIONAL.



FONTE: IBGE (2018); INEP (2018). Nota: Elaborado pelo autor.

Na Tabela 1, foram desagregados por faixa populacional a quantidade de municípios que atingiram ou não as metas do IDEB, no recorte de 2007 a 2015. É possível perceber que, apesar de um número maior de municípios que atingiram a meta em todas as faixas populacionais, há um aumento no número de municípios que não atingiram a meta no ano de 2011. O ápice desse movimento se deu no próprio ano de 2011, seguido de relativa queda nos próximos anos, ainda que não atingindo o mesmo número de municípios que atingiram a meta nos anos de 2007 e 2009.

TABELA 1– NÚMERO DE MUNICÍPIOS PARANAENSES QUE ATINGIRAM OU NÃO AS METAS DO IDEB NOS ANOS DE 2007 A 2015, POR FAIXA POPULACIONAL.

| Número de municípios paranaenses que atingiram ou não as metas do IDEB entre 2007 e 2015 |                  |                  |      |      |      |      |       |
|------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|------|------|------|------|-------|
| População                                                                                | Descrição        | Nº de municípios |      |      |      |      |       |
|                                                                                          |                  | 2007             | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | Média |
| Até 4.999 mil habitantes                                                                 | Atingiu meta     | 80               | 87   | 63   | 67   | 66   | 72,6  |
|                                                                                          | não atingiu meta | 15               | 8    | 32   | 28   | 29   | 22,4  |
| De 5 a 9.999 mil habitantes                                                              | Atingiu meta     | 95               | 97   | 83   | 80   | 85   | 88    |
|                                                                                          | não atingiu meta | 12               | 10   | 24   | 27   | 22   | 19    |
| De 10 a 19.999 mil habitantes                                                            | Atingiu meta     | 95               | 104  | 71   | 80   | 88   | 87,6  |
|                                                                                          | não atingiu meta | 13               | 4    | 37   | 28   | 20   | 20,4  |
| De 20 a 49.999 mil Habitantes                                                            | Atingiu meta     | 52               | 55   | 44   | 52   | 51   | 50,8  |
|                                                                                          | não atingiu meta | 4                | 1    | 12   | 4    | 5    | 5,2   |
| De 50 a 99.999 mil habitantes                                                            | Atingiu meta     | 15               | 15   | 11   | 13   | 14   | 13,6  |
|                                                                                          | não atingiu meta | 0                | 0    | 4    | 2    | 1    | 1,4   |
| De 100 a 499.999 mil habitantes                                                          | Atingiu meta     | 15               | 15   | 11   | 13   | 12   | 13,2  |
|                                                                                          | não atingiu meta | 1                | 1    | 5    | 3    | 4    | 2,8   |
| Acima de 500 mil habitantes                                                              | Atingiu meta     | 2                | 2    | 2    | 2    | 2    | 2     |
|                                                                                          | não atingiu meta | 0                | 0    | 0    | 0    | 0    | 0     |

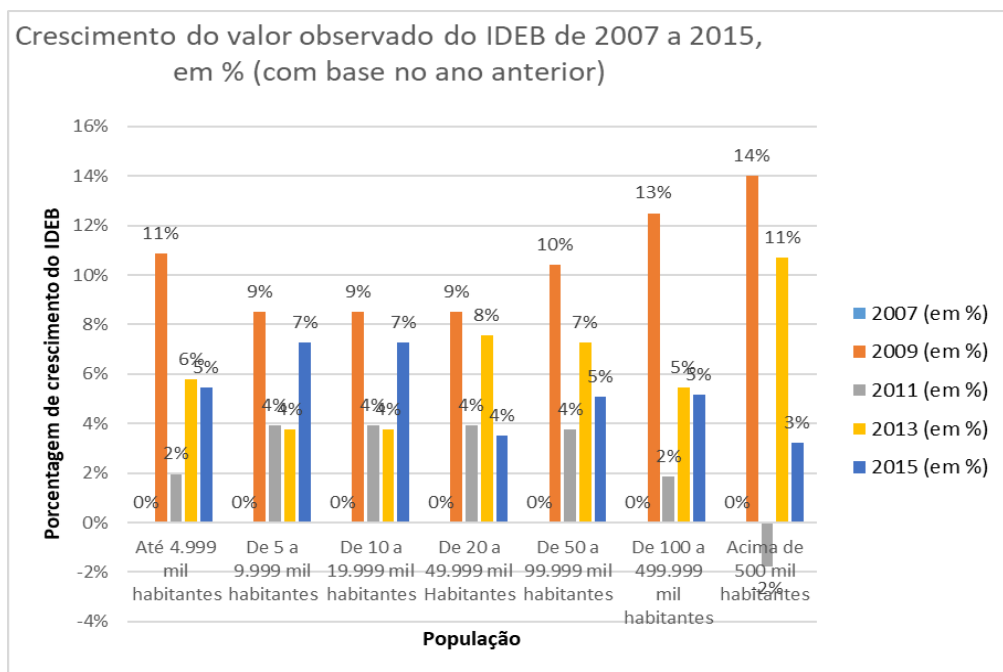
FONTE: IBGE (2018); INEP (2018). Nota: Elaborado pelo autor.

O gráfico 7, foi obtido segundo uma análise do crescimento do valor observado do IDEB, em média, para cada ano e para cada faixa populacional. O cálculo do crescimento foi feito tendo sempre como base o ano anterior assim como utilizando ano de 2007 como ano inicial, o que explica a porcentagem de 0% nos valores referentes a este ano. Com isso, fica mais claro a queda no crescimento observado em 2011, como analisado na tabela anterior, seguido de uma reação frente a este resultado nos anos seguintes. Contudo, é verificado uma variabilidade maior nos municípios acima de 500 mil habitantes, sendo estes responsáveis por um crescimento de 14%, em 2009 e uma queda de para -2%, em 2011.

A segunda mudança mais significativa é observada nos municípios de 100 a 500 mil habitantes e a terceira entre os municípios de até 4.999 mil habitantes, neste sendo observado também uma ligeira queda no ano de 2015. Dessa forma, é observado novamente um comportamento mais consistente entre os municípios de 5 a 9.999 mil habitantes do Estado do Paraná. Outra informação relevante a ser analisada diz respeito aos municípios de 5 a 19.999 mil habitantes os únicos das

faixas populacionais terem um crescimento superior em 2015 ao observado em 2013.

GRÁFICO 7 – CRESCIMENTO DO VALOR OBSERVADO NO IDEB NOS ANOS DE 2007 A 2015 NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, EM PORCENTAGEM, COM BASE NO ANO ANTERIOR, POR FAIXA POPULACIONAL.



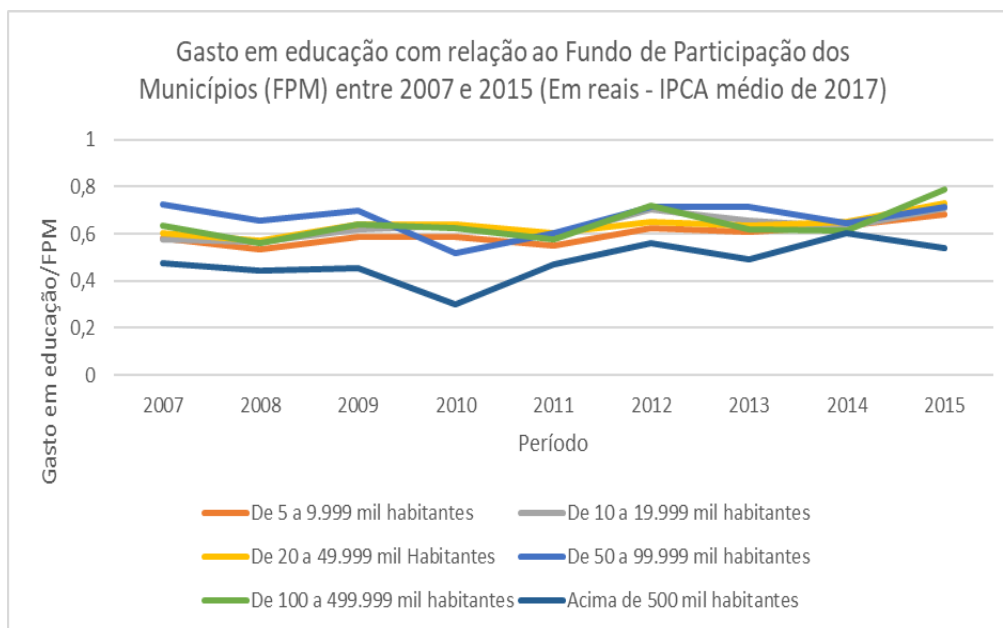
FONTE: IBGE (2018); INEP (2018). Nota: Elaborado pelo autor.

Na tentativa de tentar explicar este fenômeno no ano de 2011, este trabalho segue sua análise observando o comportamento dos Gastos municipais com educação com relação as variáveis como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Produto Interno Bruto (PIB), Receita Corrente Líquida (RCL) e População sob uma perspectiva ao longo do período.

### 6.3 ANÁLISE DO GASTO POR PERÍODO E POR FAIXA POPULACIONAL

Dessa forma, no gráfico 8, é observado uma ligeira queda da proporção do gasto com relação ao fundo de participação dos municípios em 2010 nos municípios de 50 a 99.999 mil habitantes e acima de 500 mil habitantes. Já os municípios de até 4.999 mil habitantes apresentaram uma queda, muito pequena, iniciando uma leve recuperação em 2012. De forma geral, as faixas que obtiveram maior grau de volatilidade foram os municípios acima de 50 mil habitantes, sendo o comportamento mais estável durante o período nos municípios de abaixo dessa faixa.

GRÁFICO 8 – GASTO EM EDUCAÇÃO COM RELAÇÃO AO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO (FPM) DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, POR ANO E POR FAIXA POPULACIONAL.

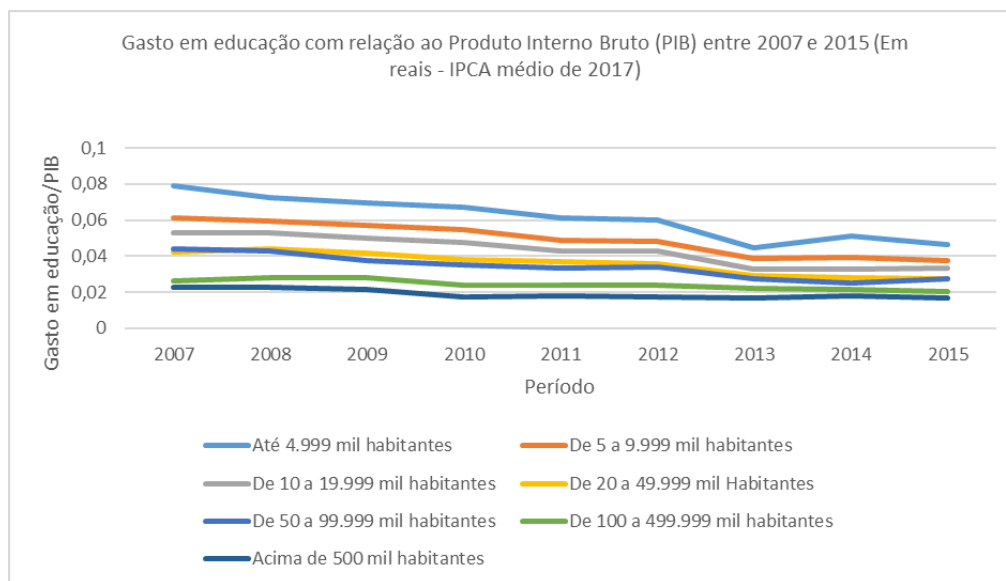


FONTE: IBGE (2018); Tesouro Nacional (2018). Nota: Elaborado pelo autor.

Já gráfico 9 ilustra o comportamento do gasto em educação com relação ao Produto Interno Bruto (PIB) ao longo do recorte temporal. Assim, há uma nova evidência empírica da estabilidade dos gastos em educação com relação ao PIB. Uma tendência de queda ao longo do tempo é observada nos municípios de até 99.999 mil habitantes enquanto os municípios acima de 100 mil habitantes possuem uma neutralidade maior a um possível aumento ou queda no PIB. Contudo, o comportamento de queda vinha se concretizando desde 2007, sendo o ápice em 2013, o que sugere uma que o comportamento do gasto com relação ao PIB não se alinha com o comportamento observado pelo IDEB.



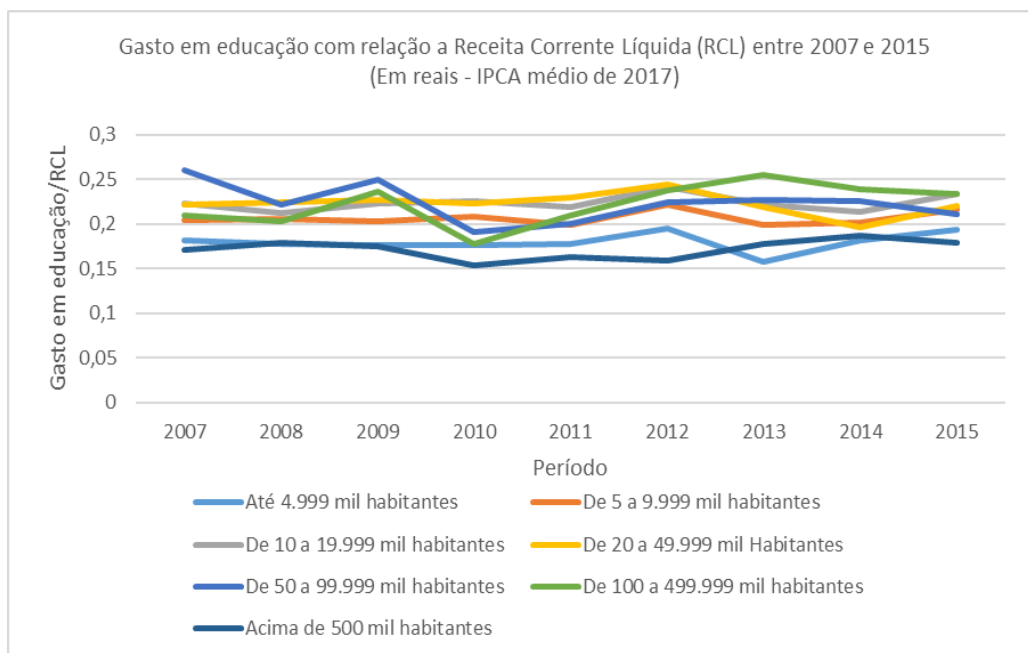
**GRÁFICO 9 – GASTO EM EDUCAÇÃO COM RELAÇÃO AO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, POR ANO E POR FAIXA POPULACIONAL.**



FONTE: IBGE (2018); Tesouro Nacional (2018). Nota: Elaborado pelo autor.

Com relação ao gasto com educação em proporção à Receita Corrente Líquida (RCL), ilustrado pelo gráfico 10, novamente indica um comportamento mais volátil dos municípios superiores a 50 mil habitantes, sendo os municípios de 20 a 49.999 mil os menos voláteis neste período.

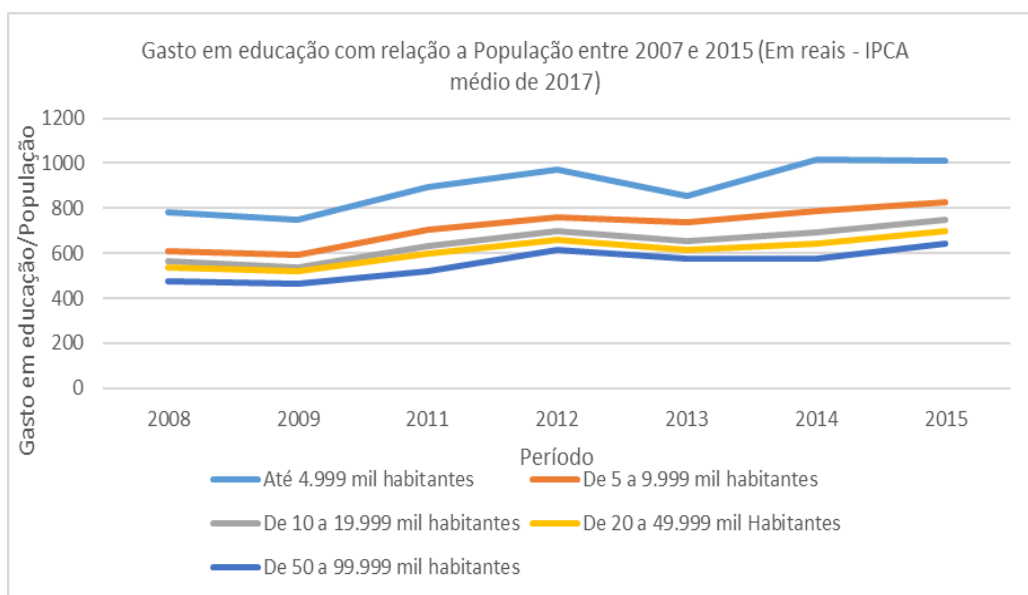
**GRÁFICO 10 – GASTO EM EDUCAÇÃO COM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, POR ANO E POR FAIXA POPULACIONAL.**



FONTE: IBGE (2018); Tesouro Nacional (2018). Nota: Elaborado pelo autor.

Por fim, os gastos com educação com relação à educação não ilustraram uma queda no período de 2009 a 2011, de acordo com o gráfico 11. Dessa forma, não há neste item uma relação direta com o comportamento do IDEB no mesmo período.

**GRÁFICO 11 – GASTO EM EDUCAÇÃO COM RELAÇÃO A POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, POR ANO E POR FAIXA POPULACIONAL.**



FONTE: IBGE (2018); Tesouro Nacional (2018). Nota: Elaborado pelo autor.

Com isso, há uma possível evidência de relação entre o comportamento do valor observado do IDEB entre os municípios paranaenses e as variáveis que

analisam o comportamento do gasto público com relação ao FPM e a RCL. O período de 2010 a 2012 foram de crescimento do fundo e da receita para o país como um todo assim como para os municípios paranaenses, o movimento de queda, portanto, deve ser analisado como um aumento menos que proporcional do gasto em educação. Entretanto, as faixas populacionais que se apresentaram mais voláteis em termos de crescimento de IDEB apresentaram um comportamento semelhante na análise de acordo com o FPM e RCL.

Os municípios de até 4.999 mil habitantes são os possuidores do maior gasto em proporção ao FPM, ao PIB e à População, entretanto possui o menor gasto com relação à RCL. Já os municípios acima de 500 mil, que apresentaram uma maior variância no período analisado, são os responsáveis pelos maiores IDEB do Estado. Esses municípios possuem uma menor proporção do gasto com relação aos itens apresentado, refletindo uma maior independência financeira, porém que não acompanha seu alto dinamismo econômico, apresentando um comportamento engessado do gasto, como analisado pela literatura a respeito.

Os municípios de 5 a 99.999 mil habitantes apresentaram, no geral, um comportamento mais consistente ao longo do tempo, mesmo não apresentando os maiores IDEB obtiveram um crescimento pouco volátil e com forte compromisso com a meta estabelecida do índice. Possuem tanto um comportamento estável com relação ao FPM E RCL.

É importante analisar que, em períodos de alto crescimento de IDEB, de 2007 a 2009, o FPM dos municípios foi o item que possuiu um aumento claro também neste período, sendo observado, inclusive, uma leve queda na RCL líquida.

Com isso é ilustrado um comportamento do IDEB muito próximo do gasto em educação com relação do Fundo de Participação dos Municípios e da Receita Corrente Líquida. Contudo, a revisão bibliografia não contemplou ainda uma análise dessas duas variáveis frente ao gasto. Enquanto municípios menos populosos são mais dependentes do FPM, por possuírem uma menor RCL são, portanto, mais suscetíveis a mudanças nesse fundo. Já os municípios mais populosos são, contudo, mais suscetíveis a mudanças na RCL por terem seus gastos baseados em sua atividade econômica. Um comportamento mais consistente no tempo deve ser o objetivo do Governo do Paraná, sendo este observado em municípios que possuem maior estabilidade do FPM assim como na RCL.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho foi analisar os efeitos dos gastos públicos municipais em educação sobre a perspectiva do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), nos municípios paranaenses, nos anos de 2007 a 2015. Dessa forma, foi possível uma aproximação da influência das despesas orçamentárias sobre os indicadores de educação.

Os principais resultados apontaram elementos convergentes e divergentes frente ao tamanho do gasto em educação e seus efeitos sobre o IDEB. Ao analisar a relação gastos em educação e indicadores do IDEB com algumas variáveis selecionadas, como dependência orçamentária, PIB e população, a discussão sobre o efeito da municipalização da educação pode ser ampliada sobre a luz da separação de peculiaridades de comportamento do gasto, para cada faixa populacional ou nível de atividade econômica.

Os municípios de até 4.999 mil habitantes possuem uma maior dependência do FPM, o que pode justificar uma relativa dependência deste fundo para obtenção das metas estipuladas pelo IDEB. Os municípios acima de 100.000 mil habitantes possuem uma maior independência do FPM, contudo possuem também um gasto que não acompanha o tamanho de sua RCL, tendo em vista que são municípios com alta atividade econômica e, portanto, uma grande capacidade de arrecadação. Tal fato torna estes municípios muito instáveis em termos de progressos com o IDEB. Uma trajetória como dos municípios de 5 a 99.999 mil habitantes deve ser almejada pois garante uma consistência temporal interessante para os objetivos de longo prazo do IDEB, estes municípios possuem altos gastos com relação ao FPM e RCL.

Portanto, este trabalho é puramente para a indagação de algumas variáveis que podem exercer influências sobre os resultados obtidos nos índices que avaliam a educação neste país. Com isso, é sugerido a aplicação de modelos econômicos mais sofisticados para as futuras contribuições para este tema, de forma a ampliar o entendimento sobre estas variáveis.

Contudo, uma conclusão geral sobre a literatura e os dados obtidos é de que a intervenção estatal, de forma a coordenar políticas públicas para o direcionamento de objetivos de longo prazo assim como fornecer recursos para este fim, é crucial

para promoção de desenvolvimento do país no sentido de igualar aos países que possuem os melhores índices educacionais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília: Diário Oficial da União, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro DE 1966. Código Tributário Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1966.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro DE 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho DE 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Brasília: Diário Oficial da União, 2007.

BOUERI, Rogério; ROCHA, Fabiana; RODOPOULOS, Fabiana (Ed.). Avaliação da qualidade do gasto público e mensuração da eficiência. 1 ed. Brasília: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, 2015.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Financiamento e gasto público na educação básica no Brasil: 1995-2005. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 857-876, 2007.

ABRAHÃO, J.; SADECK, F. Financiamento do gasto em educação das três esferas de governo em 2000. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA, Texto para Discussão 955, 2003.0

COCHRAN, Charles L.; MALONE, Eloise F. Public policy: Perspectives and choices. 4 ed. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2010.

DE ALMEIDA, Aléssio Tony Cavalcanti; GASPARINI, Carlos Eduardo. Gastos públicos municipais e educação fundamental na Paraíba: uma avaliação usando DEA. [S.L]: Revista Econômica do Nordeste, v. 42, n. 3, p. 621-640, 2011.

DE ALMEIDA, Ivan Castro. Gastos com educação no período de 1994 a 1999. Brasília: Revista brasileira de estudos pedagógicos, v. 82, n. 200/201/202, 2001.

DE MOURA CASTRO, Cláudio. Desenvolvimento econômico: educação e educabilidade. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1972.

DIAZ, Maria Dolores Montoya. Qualidade do gasto público municipal em ensino fundamental no Brasil. [S.L]: Revista de Economia Política, v. 32, n. 1, p. 128-141, 2012.

DOMICIANO, Frânio Lacerda; DE ALMEIDA, Aléssio Tony Cavalcanti. Gastos Públicos Municipais e os Resultados do IDEB: evidências para os municípios paraibanos. [S.L]: Revista Economia e Desenvolvimento, v. 14, n. 1, p. 44-64, 2015.

FELICIO, Fabiana de. O ensino fundamental—desafios desde a alfabetização até a transição para o ensino médio. Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, v. 1, p. 117-143, 2009.

FERNANDES, Reynaldo. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury Patrick. Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas. Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, v. 1, p. 213-238, 2009.

HARBISON, Frederick Harris; A MYERS, Charles. Educação, mão-de-obra e crescimento econômico estratégia do desenvolvimento dos recursos humanos. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 17 de agosto de 2018.

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas de População. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 17 de agosto de 2018.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. IDEB - Resultados e Metas. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 17 de agosto de 2018.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. Brasília: Ministério da Educação, Nota Técnica, 2005.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Paraná em números. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br>>. Acesso em: 26 de novembro de 2018.

MARSHALL, A. Princípios de Economia. São Paulo: Editora Nova Cultural, v.1, 1996.

MENEZES FILHO, Naércio Aquino; DO AMARAL, Luiz Felipe Leite Estanislau. A relação entre gastos educacionais e desempenho escolar. São Paulo: Ibmecc, 2009.

MEC – Ministério da Educação. Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 21 de novembro de 2018.

MILL, John Stuart. Princípios de Economia Política – com algumas de suas aplicações à Filosofia Social. São Paulo: Editora Nova Cultural, v.1, 1996.

RAMOS, Carlos Alberto. Introdução à economia da educação. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2015.

SAVIAN, Mayá Patricia Gemelli; BEZERRA, Fernanda Mendes. Análise de eficiência dos gastos públicos com educação no ensino fundamental no estado do Paraná. Londrina: Economia & Região, v. 1, n. 1, p. 26-47, 2013.

SCHULTZ, Theodore William. O capital humano: investimentos em educação e pesquisa. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SMITH, Adam. A riqueza das nações—investigação sobre sua natureza e causas. São Paulo: Editora Nova Cultural, v.1, 1996.

SMITH, Adam. A riqueza das nações—investigação sobre sua natureza e causas. São Paulo: Editora Nova Cultural, v.2, 1996.

SOARES, Robson Fernandes; CLEMENTE, Ademir. Relação entre gastos com educação e desempenho escolar: um estudo nos municípios paranaenses no período de 2005 a 2011. Uberlândia: Anais do XX Congresso Brasileiro de Custos. 2013.

STIGLITZ, Joseph E. Economics of the public sector. 2 ed. New York: WW Norton & Company, 1988.

TESOURO NACIONAL. FINBRA – Finanças Municipais. Ministério da Fazenda. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em 17 de agosto de 2018.